



**RELENDO MANOEL BOMFIM: aspectos do conceito “parasitismo social” e “males de origem” da América Latina e do Brasil (1905)**

CARVALHO, Rômulo Rossy Leal<sup>1</sup>  
SILVA, André Ribeiro da<sup>2</sup>

**RESUMO**

O trabalho analisa, em consonância com uma leitura em torno da ideia de *clássicos da historiografia brasileira*, aspectos do conceito *parasitismo social* e *males de origem* formulados e discutidos pelo médico e sociólogo sergipano, Manoel José Bomfim (1868-1934) no cerne de um recorte da historiografia brasileira. Objetivamos apresentar uma leitura sobre o conceito de parasitismo social, os males de origem da América Latina, contextualizando-o com aspectos da trajetória de Bomfim, com vistas a contribuir com uma revisão sobre o autor como um dos “intérpretes do Brasil” por meio de uma pesquisa qualitativa, realizando análise documental do conceito presente no livro *América Latina: males de origem* (1905). A análise nos permitiu considerar uma associação do autor dos problemas presentes à sua época com a herança ibérica — parasitismo social — na América Latina/Brasil, a educação como meio de superação do conservantismo social e uma breve desconsideração, por parte do autor, das possibilidades de resistência dos grupos sociais ameríndios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Historiografia Brasileira. Parasitismo social. Manoel Bomfim. 1905.

**1.INTRODUÇÃO**

Diversos foram os autores que pretenderam e legaram seus pontos de vista, sob o pretexto científico e ainda herdeiro do positivismo do século XIX, mediante pesquisas na área das Ciências Sociais, principalmente, sobre a história, que acabaram se tornando histórias, das terras tupiniquins.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros (UFPI/CSHNB). Pós-graduando em Historiografia Brasileira, Antropologia e Fundamentos da Educação Social e Ciência da Religião pela Faculdade Integrada Instituto Souza (FASOUZA), Ipatinga-MG. E-mail: romulorossy18@hotmail.com

<sup>2</sup> Orientador do TCC – Pós-doutorando em Ciência do Comportamento. Departamento de Processos Psicológicos Básicos, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília.

Inicialmente chamada de Ilha de Santa Cruz, depois Terra de Santa Cruz e, por fim, Brasil<sup>3</sup>, pesquisadores, a saber com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, puderam, à sua maneira, tentar conformar historicamente um estatuto histórico-explicativo sobre a gênese do Brasil e as características da sociedade brasileira.

Não se circunscreve às áreas da história, da sociologia ou da antropologia a busca por explicações sobre a sociedade brasileira, mas também nas tentativas de nomeação da cultura dos brasileiros, como discutiu, em sua tese de doutorado, o pesquisador Fábio Leonardo Castelo Branco Brito (2016, p. 22-23):

(...) os amplos esforços que tentaram construir um lugar demarcado para essa cultura se conformavam através de cinco grandes períodos: o primeiro, de redescobrimto do Brasil, que, entre os anos de 1933 e 1937, abarcou teses de interpretação da realidade brasileira, tais como a obra de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda; o segundo, dos primeiros frutos da universidade, que, entre 1948 e 1951, interligaria os debates marxistas de Caio Prado Júnior e seus contemporâneos; o terceiro, a era da amplificação e revisão reformista, datada entre 1957 e 1964, contemplando os debates de esquerda do período liberal-democrático brasileiro; o quarto, com as revisões radicais, percebidas entre 1964 e 1969, como tentativas de romper com a instrumentalização da cultura pretendida pelo regime civil-militar; e, por fim, os impasses da dependência, contemplando artistas e intelectuais tais como Florestan Fernandes, que analisariam o subdesenvolvimento brasileiro e suas matrizes históricas.

O historiador piauiense, no excerto que trouxemos acima, destaca a periodização de momentos históricos diversos em que autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, até chegar a Florestan Fernandes conceberam linhas de pensamentos a respeito das razões por meio das quais o Brasil tornou-se o país que era em sua época e hoje. A citação acima nos ajuda a pensar em cultura, todavia nosso intuito é perceber e abalizar um conceito que antecede as reflexões dos chamados clássicos, cujos nomes supramencionamos.

---

<sup>3</sup> Sobre as origens, agenciamentos e “nomes” do Brasil, recomenda-se a leitura do texto da historiadora Laura de Mello e Souza (2001).

Antes de explicá-lo, justificamos a relevância desse trabalho pelos seguintes pontos: discutir obras clássicas é um afã infundo, conforme sinaliza Ítalo Calvino: “Os clássicos são aqueles livros dos quais, em geral, se ouve dizer: ‘Estou relendo’ e nunca ‘Estou lendo’” (CALVINO, 1993, p. 09). O que torna um trabalho clássico, segundo o autor, é, portanto, além da sua originalidade, a pertinência e consistência da sua durabilidade e capacidade de ser sempre relido e com pontos sobre os quais é sempre possível se debruçar novamente.

Ao depreendermos uma análise sobre o conceito de parasitismo social e males de origem, os quais evoca Manoel José do Bomfim<sup>4</sup>, é importante entender que, quando tratamos do Brasil, estamos também tratando de disputas de conceitos, interpretações e observações analíticas das ciências humanas que aqui já citamos na constituição da chamada historiografia brasileira. É uma discussão que continua, haja vista que muitos dos problemas sinalizados por Bomfim e os autores que o sucederam continuam na matriz dos problemas de realidades sociais diversas, seja na educação, na economia ou na política. Deteremo-nos, todavia, devido ao formato do artigo, a pontuar os aspectos mais enfáticos do que se considera parasitismo social, na investigação do sociólogo sergipano.

É observável, pois, conforme escreve a historiadora Laura de Mello e Souza que, a começar pelo nome, as terras hoje brasileiras foram alvo de duas disputas principais quanto à sua denominação: uma mercantil e uma religiosa. Souza (2001) lembra que, por não haver uma definição geográfica exata do Brasil, quando do encontro dos portugueses com os nativos, e posteriormente espanhóis e franceses, primeiro veio o nome, depois a forma como as terras seriam denominadas. Todavia, conforme consoa ao historiador investigar fontes históricas, a autora busca entender o interesse em torno de um nome: o mercantil referia-se à exploração do primeiro ciclo econômico: a extração do pau-brasil, e o religioso devido à relação dos religiosos

---

<sup>4</sup> Sobre a relação entre história, historiografia brasileira e Manoel José do Bomfim, ler, como material complementar: CARVALHO (2019), onde já arcahouçamos algumas das reflexões presentes nesse texto.

católicos que ansiavam por catequizar os indígenas nas terras “recém-descobertas”.

Souza, portanto, infere que:

No caso específico do nome do Brasil, é preciso ir além do significado aparente, já que a repetição do topo oculto deslizamentos e até alterações semânticas. Parece bastante óbvio que a oscilação entre o nome mítico e o comercial condicionou certas interpretações negativas sobre o país: terra de degredados, fadada ao fracasso, por motivos vários corrompida desde o início, quando um nome profano, mundano e de inequívocas implicações íferas solapou o nome santo que lembrava a remissão dos pecados humanos (...) Fato ímpar entre terras coloniais, o Brasil seria a única, contudo, a trazer essa relação tensa inscrita no próprio nome, que lembraria para sempre as chamas vermelhas do inferno (SOUZA, 2001, p. 83).

Observemos, pois, que na historiografia recente do Brasil — especialmente a partir do texto de Souza — se conforma uma ideia de um país que, até pelo nome, apresenta sinais negativos e pouco propositivos no que se refere a seu progresso, e isso especialmente pelos traços de raiz colonial que não foram superados, nem no poder nem no saber, como estende a reflexão o peruano Aníbal Quijano (2004). Ao ver deste, os colonizadores não somente estabeleceram uma divisão racial do trabalho, no seu sentido político e econômico, mas, junto a este, um processo de colonização do pensamento latino-americano.<sup>5</sup>

Cheguemos, mediante as reflexões aventadas acima, ao autor que pretendemos discutir, mais especificamente o conceito por ele engendrado em torno do que concebeu como um dos o parasitismo social, um dos males de origem do Brasil. Apresentando o autor, suas ideias precípuas na obra que comentaremos e contextualizando-o com sua época, tencionaremos demonstrar como Manoel José do Bomfim pode ser considerado um intérprete do Brasil, na época em que redigiu suas análises científicas, sua contribuição para a historiografia brasileira, os arranjos analíticos por ele pensados. Assim, entender-se-á, também, que a época, o local de produção e o lugar do sujeito interferem diretamente na propagação, difusão, aceitação e/ou refutação de suas ideias.

---

<sup>5</sup> Para aprofundar a tese discutida pelo autor peruano, ler: QUIJANO (2004).

Nosso interesse em estudar Manoel José Bomfim deriva de pesquisas já arcabouçadas e construídas em torno do autor e de sua forma de conceber o mundo à sua volta. Vejamos que se trata de um médico que viveu no século XIX e na metade do XX, e que, portanto, possuía uma formação aquém àqueles que buscaram interpretar as raízes dos mais variados problemas de ordem social, política, religiosa, cultural e econômica do país. Assim, será possível, mediante nossa análise, construir a ponte necessária para refletir sobre historiografia brasileira a partir de autores cujos nomes possam “ser ou estar” esquecidos no rol dos clássicos brasileiros.

## 2.MANOEL JOSÉ DO BOMFIM E SOCIOLOGIA BRASILEIRA NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Hoje conhecemos toda a humanidade, e toda ela nos interessa; vê-la solidária, unida, aliviada de toda opressão, aproveitando em comum, segundo as necessidades de cada grupo, os recursos que a ciência tem revelado, é o ideal de todos que têm um ideal; mas, na hora da ação, é forçoso que a atividade se aplique à sociedade a que pertencemos. **Isto é patriotismo; e, assim, tal sentimento é nobre e digno, desde que não pretenda manter domínios. É nobre e humano, desde que, pugnando pelos interesses e necessidades de um povo, não busque resolvê-los em oposição aos interesses gerais da espécie, desde que, nos choques provocados pelos egoísmos em fúria, cada patriota se limite a defender seu ideal, a repelir as agressões injustas, e a rebater as explorações e privilégios; a lutar pelo progresso moral da nacionalidade, e a anular as influências contrárias a esse progresso** (BOMFIM, 2008, p. 05-06, grifo nosso).

Manoel José do Bomfim<sup>6</sup> deixa claro, em toda a sua obra *América Latina: males de origem*<sup>7</sup>, seu sentimento patriota: tanto pelo Brasil como pela América Latina. Não

---

<sup>6</sup> “Manoel José Bomfim nasceu em 1868 na cidade de Aracaju, província de Sergipe. Era filho do casal José Paulino do Bomfim e Maria Joaquina. Aquele era um ex-vaqueiro tangedor de gado do sertão para o litoral e que se tornou comerciante após o casamento, e ela era uma viúva descendente de portugueses. Bomfim morreu em 1932 no Rio de Janeiro.” Ver: AGUIAR, Ronaldo Conde. *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000. O livro narra, de forma detalhada, traços biográficos de Manoel Bomfim, por tempos esquecido, sendo a primeira biografia sociológica sobre o autor.

<sup>7</sup> “Em 1905, Manoel José Bomfim publicou seu livro “A América Latina: males de origem” pela editora Francisco Alves. Começou a redigi-lo no ano de 1903, quando estagiava no laboratório do psicólogo e pedagogo Alfred Binet, em Paris; concluindo um ano depois, em 1904, na cidade do Rio de Janeiro. A obra reunia questões que o autor vinha pesquisando e investigando de longa data, e inclusive, algumas delas já haviam sido expostas ao público quando escreveu, em 1899, o parecer a respeito da monografia “Compêndio de história da América”, escrita por José Francisco da Rocha Pombo para o RELENDO MANOEL BOMFIM: ASPECTOS DO CONCEITO “PARASITISMO SOCIAL” E “MALES DE ORIGEM” DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL (1905). AUTOR(A): CARVALHO, RÔMULO ROSSY LEAL. COAUTOR: SILVA, ANDRÉ RIBEIRO DA

obstante, com uma clareza inda mais enfática, ele abaliza que ser patriota confere a este não deixar-se ser subserviente ao *outro*, numa acepção oposicionista — nessa esteira, uma nação que possa ser colonialista e/ou imperialista.<sup>8</sup> Bomfim, por outro lado, escreveu em uma época cujo cerne da sociologia se voltava para o entendimento de que um dos problemas centrais do “atraso” do país era decorrente da miscigenação — um tema polêmico e amplamente discutido no fim do século XIX para o século XX até a publicação de *Casa-grande e Senzala*, de Gilberto de Mello Freyre, que tratando da formação da família patriarcal brasileira, não aponta a miscigenação como um fator negativo.<sup>9</sup>

É justo, pois, considerar que esse argumento já havia vinte anos antes sido notado pelo sujeito dessa pesquisa. Contra tal argumento — o de que miscigenar (mistura do branco com o negro) atrasaria a sociedade brasileira em todas as suas esferas — Bomfim foi contundente, como comentaremos ao longo desse trabalho, sendo, por conseguinte, está uma das causas pelas quais seu nome na historiografia brasileira foi relegado a um plano sublevado se comparado a Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, que tiveram e têm uma projeção mais ampla de suas pesquisas na Academia brasileira, mas que tiveram, em determinados momentos, seus nomes também conscientemente relegados (como é o caso de Freyre, hoje, na Universidade de São Paulo).

---

concurso criado pelo Conselho Superior de Instrução Pública do Distrito Federal, que elegeria o melhor compêndio sobre história da América a ser utilizado pela Escola Normal.” FERNANDES, Paula Rejane. América Latina aos olhos de Manoel Bomfim: análise da obra “A América Latina: males de origem”. *Dimensões*, vol. 29, p. 100-118, 2012. ISSN: 2179-8869. p.101.

<sup>8</sup> Para mais informações sobre a luta anti-imperialista, recomendamos a leitura completa do artigo que publicamos em 2020, além do poema *Nuestra America*, do poeta crioulo cubano José Martí, originalmente escrito em 1891, sobre a oposição entre as Américas: anglo-saxônica e latina, que sinaliza está no trecho a seguir quando de uma “resposta” dos latino-americanos aos anglo-saxões: “É bom, dizemos. É americano, dizemos. Acreditamos, porque temos a necessidade de acreditar. Nossa vida não é semelhante à deles, nem deve, em muitos pontos, assemelhar-se. A sensibilidade entre nós é muito grande. A inteligência é menos positiva, os costumes são mais puros; como com leis iguais, vamos ordenar dois povos diferentes? As leis americanas deram ao norte um alto grau de prosperidade, e também o levaram ao mais alto grau de corrupção. Metalizaram-no para torná-lo próspero. Maldita seja a prosperidade a um custo tão alto (MARTÍ, 1983, p. 15-16).

<sup>9</sup> Ler: FREYRE (1993).

Em um dos trabalhos, no qual ancoramos reflexões acerca de Manoel José Bomfim, o conceito de parasitismo social e historiografia brasileira, pontuamos o que se segue:

Em 1905, era lançada no Brasil a obra *América Latina: males de origem*, do então médico sergipano Manoel Bomfim. Nesta, o autor discutia, essencialmente, quais os empecilhos, vistas as circunstâncias de sua época, impediam que a região a que se convencionou chamar de América Latina se desenvolvesse, tanto no que dizia respeito às questões sociais, políticas e/ou econômicas da região (ARAÚJO; CARVALHO; HONORATO, 2020, p. 218).

No excerto acima, o conceito de parasitismo social é o tópico que se seguirá na obra e que passaremos a discutir nesse texto. Reflitamos, pois, que o olhar de Bomfim, ainda herdeiro de uma tradição positivista, em que a objetividade, a neutralidade, são vistas como possíveis no ínterim das ciências humanas, se fazem presentes, tendo em vista que não se trata apenas de um sociólogo elencando itens responsáveis pelos problemas de sua época, mas um médico que, afastando-se por um momento do estetoscópio, primou por tentar diagnosticar os pulmões da sociedade brasileira em que se encontrava. Todavia, o autor, durante toda a obra faz questão de justificar que, feitas as devidas reservas, é plenamente possível estudar o organismo social tal como se o faz com o organismo biológico:

Sucedirá o mesmo com os organismos sociais? Sim; é impossível negá-lo (...)uma causa deprimente e perniciosa para os indivíduos em particular não pode deixar de ser perniciosa e deprimente para a sociedade no seu total. Os organismos sociais regem-se por leis peculiares a eles, mas estas leis não podem estar em oposição com as que regem a vida dos elementos sociais em particular; o todo participa das qualidades das partes, e delas depende (...)isto é assim nos organismos biológicos, como nos organismos sociais. Um animal inferior é um saco; no interior deste saco – constituído por um tecido quase homogêneo, cumprem-se todas as funções – digestão, respiração, circulação; é este saco que se contrai e desloca o animal; não há órgãos diferenciados, nem funções especiais, nem trabalho particularizado, em grupos diversos de tecidos (BOMFIM, 2008, p. 24).

Antes de concebê-los como possivelmente comparáveis, Bomfim não se esquivava de explicar que estudiosos de sua época tentam discernir as áreas humanas das biológicas. Isso, em grande medida, deve-se ao fato de que, em convergência com a época que o autor escreve e sua formação em medicina, permita-o pensar que, mediante o diagnóstico de um ser vivo — no seu eixo biológico —, assim se sucederá



na sua forma de proceder no ambiente coletivo, social. Isso fica claro pelo fato do autor citar Auguste Comte na epígrafe da sua defesa em estudar os chamados organismos sociais tendo por parâmetro uma análise de cunho biológica dos seres vivos:

Está um tanto desacreditado, em sociologia, esse velo de assimilar, em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos. Muito se tem abusado deste processo de crítica, cujo vício, em verdade, não consiste em considerar as sociedades – digamos os grupos sociais – como organismos vivos, sujeitos, por conseguinte, a todas as leis que regem a vida e a evolução dos seres, mas em considerá-los como simples organismos biológicos. Em suma, não é o conceito que é condenável, e sim a estreiteza de vistas com que o aplicam à crítica dos fatos sociais, mais complexos, sem dúvida, que os fatos biológicos, pois dependem das leis biológicas, e ainda das leis sociais, peculiares a eles (BOMFIM, 2008, p. 17).

Eis que avançamos em um ponto crucial: a época em que um autor escreve sobre determinado tema e a recepção do público, seja ele qual for, influencia, de forma contundente, no direcionamento que toma o trabalho tanto no que diz respeito a seu possível sucesso ou mecanismos de exclusão e/ou esquecimento. Sobre essa questão, a pesquisadora Lucia Lippi Oliveira (2015), doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo, argumenta que a aceitação ou recusa de uma ideia sociológica, tratando especialmente de Manoel Bomfim diz respeito, outrossim, ao campo intelectual em que este se encontra.

Oliveira (2015) aponta para temas caros à trajetória de Bomfim como sociólogo: postura nacionalista, análise acerca da América Latina, parasitismo ibérico e defesa do ensino da história pátria. A forma como a autora apresenta o autor nos ajuda a entender as intersecções entre seu modo de pensar as “correções” pelas quais deveria passar o Brasil e a América Latina a fim de superar o que formulou como parasitismo social, que a autora chama, a partir de sua leitura sobre Bomfim, como ibérico.<sup>10</sup> O excerto a seguir exemplifica essa constatação:

Situado no contexto do fim do Império e início da República, ele fazia parte do grupo geracional que à época rejeitava os cânones de uma tradição e

---

<sup>10</sup> A autora realiza uma análise apurada sobre a vida, obras e o contexto histórico de atuação do sociólogo e médico sergipano Manoel Bomfim, cotejando-o a outros autores que se propuseram intérpretes do Brasil nos anos seguintes. Ressaltamos que a grafia por ela utilizada “Manuel Bonfim” trata-se de uma atualização do nome. Ler: OLIVEIRA (2015).

adotava princípios considerados científicos para entender e corrigir o país. Partindo do campo da medicina, ele se torna um autor escrevendo sobre o Brasil, tentando explicar o atraso do país. Se isto é comum a muitos intelectuais republicanos, a partir daí começa a se delinear uma diferença específica de Manuel Bonfim em relação a seus pares, igualmente comprometidos com a tarefa de salvar o país (OLIVEIRA, 2015, p. 774).

E não se trata, pois, apenas do fato de Bomfim pertencer a uma geração da recém-proclamada República, mas o cerne da questão se encontra no que apresentaremos a seguir acerca das disputas de análise entre ele e alguns de seus pares sobre quais, “de fato”, eram os empecilhos para que a nação brasileira — que, como já vimos, — era bastante fundamental a ser considerada em seus escritos e na propagação de uma educação sobre ela, se desenvolvesse.

A análise de Oliveira (2015) é importante, haja vista a contextualização que a autora faz no sentido de ressaltar o pioneirismo de Bomfim em apontar que o atraso cultural do país não decorria da miscigenação — tópico a seguir —, mas de falta de investimentos em uma educação que primasse pela valorização patriótica do Brasil com o devido reconhecimento de sua amplitude territorial e do seu próprio povo.

### **3. BOMFIM, MISCIGENAÇÃO, PARASITISMO SOCIAL E A EDUCAÇÃO**

É salutar que entendamos que o caminho encontrado e anunciado por Bomfim para a superação do que chama de “males de origem” é a educação. Isso gera uma reflexão pertinente haja vista a época (1905) e a relação desse argumento com o nosso tempo e com a época do autor. Sua proposta, entretanto, encontra obstáculos, cujos pilares poderemos notar nos parágrafos seguintes.

Situado em um tempo cuja predominância do discurso sociológico era o de que o Brasil e a América Latina estavam “fadados ao fracasso caso brancos continuassem a misturar-se com negros”, Bomfim aparece com ideias opostas, à guisa de sua formação em medicina, guiando a proposta de que, como nos organismos biológicos, no que tange à parasitologia, nos sociais é possível acontecer o mesmo. Se um povo é colonizado por uma civilização que é, ao ver de Bomfim, “parasitária”, a tendência,

pois, é que o colonizado seja parasitado e que reproduza, como um vírus, essa mesma parasitagem.

Sônia Câmara e Marcela Cockell resumem com precisão o embate intelectual em que Bomfim se achava do fim do século XIX para início do XX:

A teoria da desigualdade inata das raças, defendidas por Gobineau e Gustave Le Bon influenciou, sobremaneira os intelectuais brasileiros e, conseqüentemente o pensamento social e político do Brasil. Pensadores como Oliveira Martins, Oliveira Viana e Silvio Romero viam na questão racial o grande problema da inferioridade brasileira (CAMARA; COCKELL, 2011, p. 298).

O que o próprio Bomfim afirma contra esses discursos — sobretudo o de inferioridade racial — justapõe-se na forma, a saber irônica, com que ele escreve que parecia ser “intragável” que a Europa “rica, civilizada” tivesse de comprimir em um pequeno território enquanto no Brasil, terras continentais, vivesse uma “gente a civilizar-se, sem modo à guisa europeia” (BOMFIM, 1905 apud SILVA, 1998, p. 84). É nesse certame que convergimos com as reflexões da pesquisadora Paula Rejane Fernandes (1998) que nos ajuda a entender tanto o conceito de parasitismo social como a educação como um passo precursor da superação do chamado conservantismo social.

Nesse mesmo viés, Flora Sussekind (2002, p. 620-621) sustenta que o movimento de Bomfim, em agir contra os discursos predominantes advindos, em sua maioria, de autores como Oliveira Martins, Silvio Romero, Oliveira Viana, reúne uma superação de dicotomias e de oposições férreas, que desembocaram em importantes reflexões sobre a América Latina.

Em trabalhos que já desenvolvemos sobre o autor, podemos acentuar que sua crítica se volta para o que chama de “tirania europeia”, especialmente de Portugal e Espanha (mundo ibérico), a quem ele se refere como “parasitas” — metáfora que emprega ao longo do livro *América Latina: males de origem*. Essa justificativa se depreende a partir da análise de que o território latino-americano ter sido colonizado, majoritariamente, por estes dois países, teria, como um organismo biológico — aqui podemos conceber a noção de atavismo, mesmo que não apareça no livro a

expressão —, herdado características “genéticas” que só teriam uma resolução por meio de uma educação patriótica.

Nos apontamentos de Bomfim, são três as causas por meio das quais a dominação externa (europeia), especialmente ibérica, se impôs na América: “(...) o enfraquecimento do parasitado; as violências que se exerceram sobre eles; e a sua adaptação às condições de vida que lhe eram impostas pelos predadores” (BOMFIM, 2008, p. 254). Há, no entanto, uma questão a se pensar, fora, ressaltamos, do eixo biológico: e a capacidade de reação dos ameríndios? Não seria um ponto a ser levado em consideração? Estariam eles, pois, altamente susceptíveis ao parasitismo, sem capacidade de articulação contra seus colonizadores. É sabido hoje que houveram diversos processos de resistência, estudos que só ficaram mais acentuados no decurso do século XX; a maioria deles provenientes das áreas de história, antropologia e da própria sociologia.

O autor José Maria de Oliveira Silva (1998), estudando a obra de Bomfim, que ora também analisamos, destaca duas das causas centrais que o médico sergipano julgava como medulares no que tange ao fato de o povo latino-americano ser, à sua época, malquisto. A primeira tinha sua gênese numa *causa intelectual* — desconhecimento da realidade histórica da América e seu passado colonial. Essa causa é interessante de ser notada, haja vista a reflexão de Aníbal Quijano sobre a colonialidade do poder e do saber (2004).

Se o sujeito colonizador impõe sua forma de conhecimento e acentua-se como o “herói”, o “desbravador”, e não o “invasor”, o “parasita”, o desconhecimento tende a prosperar entre os povos colonizados, o que contribui, sobremaneira, para sua manipulação intelectual. Há um estudo bastante substancial nesse sentido elaborado pelo historiador francês Serge Gruzinski (2003). O autor, na obra *A Colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol*, tece uma análise sobre de que forma os espanhóis, em contato com os nativos ameríndios, buscaram formas de colonizar o pensamento dos indígenas da antiga Tenochtitlán, hoje Cidade do México, e como os indígenas tiveram de reelaborar suas impressões sobre o mundo a partir de classificações alheias.

A segunda seria uma *causa interesseira* — ambição pelas terras latino-americanas por parte de países da Europa. Segundo Silva (1998), ainda haviam outras críticas que permeavam o trabalho de Bomfim, sobretudo atinentes à busca de uma unidade para os povos da América Latina — este aspecto também era uma preocupação do poeta crioulo cubano que aqui já mencionamos, José Martí:

Os povos que não se conhecem devem ter pressa em se conhecer, como aqueles que vão lutar juntos. Os que se enfrentam como irmãos ciumentos, que querem os dois a mesma terra, ou o da casa menor que tem inveja do da casa melhor, devem se dar as mãos para que sejam um só. Os que, ao amparo de uma tradição criminosa, cercearam, com o sabre banhado no sangue de suas próprias veias, a terra do irmão vencido, do irmão castigado além de suas culpas, se não querem ser chamados de ladrões pelo povo, que devolvam suas terras ao irmão. As dívidas de honra o honrado não cobra em dinheiro, mas pela bofetada. Já não podemos ser o povo de folhas, que vive no ar, carregado de flores, estalando ou zumbindo, conforme a acaricia o capricho da luz, ou seja, açoitado ou podado pelas tempestades; as árvores devem formar fileiras, para que não passe o gigante das sete léguas! É a hora da avaliação e da marcha unida, e deveremos marchar bem unidos, como a prata nas raízes dos Andes (MARTÍ, 1983, p. 194).

Observemos a reflexão sintomática que sinaliza a convergência entre as ideias de José Martí, que escreveu originalmente o texto acima em 1891, e a ideia de Manoel Bomfim acerca de uma maior solidariedade entre os países da América Latina. Alguns dos tópicos elementares para a libertação do jugo da América Latina, como autônoma, independente, próspera econômica, cultural, social e politicamente, seriam, para vencer qualquer “inimigo”: conhecerem-se mutuamente, darem-se as mãos, fileira de árvores fortes, sem folhas soltas, suaves, e, por fim, e como síntese: a unidade na união. Essa reflexão, pois, conflui com a proposta de Bomfim no sentido de se conjugar uma América Latina livre do conservantismo social, gerado, a seu ver, pelo parasitismo social.

Ao passo que Manoel Bomfim criticava e alentava resistência ao imperialismo, defendendo o ideal de solidariedade latino-americana, não deixava de destacar os problemas que “afligiam” a América Latina como um todo: “revoluções frequentes”, “irregularidade do câmbio”, “instabilidade dos governos”. Entretanto, não se arroga a culpa desses acontecimentos aos ameríndios, mas seriam as revoluções e instabilidades resultantes dos “parasitas”, Portugal e Espanha, com seus males.

Estes, oriundos dos chefes ibéricos conservantistas/conservadores assumiram as motivações por meio das quais se passou a estereotipar o continente latino-americano como o território dos “desvalidos”, “desafortunados”, da “miséria” e da “fome” (SILVA, 1998, p. 91).

Nesse sentido, consideramos que, além de fomentar análises em torno das questões relacionadas ao parasitismo social em sua gênese e sua fundamentação biológica, Manoel Bomfim estendeu sua compreensão acerca do mesmo para os desdobramentos resultantes da existência da parasitagem na veiculação de eventos como os listados acima: irregularidade de câmbio, instabilidade governamental, revoluções com frequência.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O fim do homem” – já o pretendia Aristóteles – “é o seu aperfeiçoamento em vista da felicidade”. Bem-estar, saber, liberdade, amor e beleza – tais são as tendências que, em todos os tempos, têm arrastado a humanidade e, agora mesmo, a convolvem numa crise terrível, que terminará fatalmente pela reparação das seculares iniquidades; contra elas se empenham todas as almas generosas e fortes, todos os espíritos que desejam caminhar para a luz, a verdade e a justiça (BOMFIM, 2008, p. 289).

Rer ler um clássico é sempre ler elementos outros que não se esgotam, sobretudo quando se tratam de obras que versam sobre sociedades humanas, política, cultura, economia, religião e educação. Sobretudo, sobre humanidade. Ao debruçarmo-nos, nesse trabalho, sobre Manoel José Bomfim objetivamos revê-lo, a nosso ver, como um sujeito de seu tempo, em seu espaço, em constante contenda com seus pares na sociologia e aplicando o que aprendeu com a medicina.

Para o sergipano, serão as almas fortes, generosas, solidárias, que buscam justiça, verdade, luz, que irão conseguir transformar a América Latina, dentro da qual se encontra o Brasil. Este apelo histórico, também capitaneado por José Martí, como apresentamos no trabalho, é atual, simbólico e urgente no que se refere, sobretudo, ao autoconhecimento do homem e da mulher latino-americanos, no sentido de

conhecerem história e aprenderem com ela. Assim, a travessia da vida fica mais clarejada, mais nítida, mas não menos acrítica.

Em seu tempo, em sua época, Manoel Bomfim diagnosticou, literalmente, problemas que persistem na América Latina e, em sua defesa, não deixou de debater com os que se opuseram aos seus “prognósticos”. É uma referência clássica sucedida por outras cujos livros também nos oferecem possibilidades de refletir sobre a historiografia brasileira desde o século XIX.

Impressiona-nos, pois, que no começo do século XX o autor que ora apresentamos nesse texto tenha notado, sinalizado e corroborado que a educação é a via pela qual se supera todo e qualquer conservantismo social, numa linguagem ainda permeado de aspectos próprios do positivismo, no seu bojo patriótico. Sucedeu-se o patriotismo, mas a educação continua como um desafio a ser revisto, reciclado, repensando, especialmente em que medida ela é e/ou está sendo libertadora na América Latina e/ou atuando como parte fundamental e constituinte de um processo de libertação do parasitismo social.

Lendo Manoel Bomfim, escarafunchamos uma reflexão que dialoga, mesmo após tantos anos, com diversas situações político-administrativas que ainda existem na América Latina, especificamente no Brasil, seu país de origem. Seus estudos, em *América Latina: males de origem*, lançam base para apontar, pensar e, sobretudo, investigar em que medida o conservantismo, a escassez de investimentos em educação e a manutenção de estruturas arcaicas de poder ainda são coniventes entre si com o intuito de reproduzir os mesmos sistemas e as mesmas estratégias políticas de dominação política, econômica e cultural. E as saídas também se acentuam na mesma esteira: solidariedade entre os latino-americanos, conhecimento partilhado uns com os outros, leitura e ação. Podemos chegar-nos à contemplação de que Bomfim, possivelmente, como José Martí, acreditava muito na atitude de lançar-se à mudança, à resistência, ainda que, sutilmente, não reconhecessem que muitos dos grupos ameríndios que foram silenciados e mortos ao longo de séculos continuam a falar e buscarem ser ouvidos.

O agir a que nos referimos é bem acentuada pelo autor ao encerrar sua obra: “(...) atiremo-nos à ação, como quem está convencido de que o progresso e a felicidade se conquistam, e que só os alcançam que os sabe conquistar” (BOMFIM, 2008, p. 289-290). Sugerindo, pois, que da ciência retiremos os meios eficazes para alcançar os êxitos necessários ao país, Bomfim assegura que será o trunfo e a melhor herança que um sujeito histórico poderá deixar para sua pátria.

Assim, depreende-se um autor que, nos quadros que o circundavam em seu tempo, construiu uma percepção sólida da sociedade em que viveu, vislumbrando meios e articulações para outros sujeitos que o sucedessem, com a pretensão firme de que as estruturas arcaicas, parasitárias — como as nomeou — fossem solidamente e efetivamente superadas no intuito de que a América Latina e o seu país, Brasil, fossem, de fato, territórios cujas vivências e legislações fossem ditas pelos seus próprios sujeitos, e não por vozes de outrem.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido**: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

ARAÚJO, Érica Lôpo; CARVALHO, Rômulo Rossy Leal; HONORATO, Kátia Daniela Gomes. “Nas nuances de uma motocicleta, uma oposição que se acelera: a *Nuestra America* pelas lentes de Ernesto Guevara de la Serna (1952)”. In: ALVES, Raquel da Silva; OLIVEIRA, Gilberto Gilvan Souza (Orgs.). **História e Historiografia**: experiências de pesquisa. Sobral-CE: Sertão Cult, 2020. pp. 281-299.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina*: males de origem. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas, 2008. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/zg8vf/pdf/bomfim-9788599662786.pdf>> Acesso em: 30/03/2018.

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Visionários de um Brasil profundo: invenções da cultura brasileira em Jomard Muniz de Brito e seus contemporâneos. **Tese** (doutorado em História), 300f., Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza-CE, 2016.

---

RELENDO MANOEL BOMFIM: ASPECTOS DO CONCEITO “PARASITISMO SOCIAL” E “MALES DE ORIGEM” DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL (1905). AUTOR(A): CARVALHO, RÔMULO ROSSY LEAL. COAUTOR: SILVA, ANDRÉ RIBEIRO DA



CALVINO, Ítalo. Por que ler os clássicos? In:\_\_\_\_\_. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAMARA, Sônia; COCKELL, Marcela. O intelectual educador Manoel Bomfim e a interpretação do Brasil e da América Latina. **Revista HISTEDBR** On-line, n.44, Campinas-SP, dez. 2011. pp. 293-307.

CARVALHO, Rômulo Rossy Leal. BARROS, Fransuel Lima de; FERREIRA, Ronyere; SILVA, Márcio Douglas de Carvalho. **Anais do I Simpósio Nacional à distância de História e Historiografia**. São Paulo: Mentis Abertas, 2019. pp. 44-53.

FERNANDES, Paula Rejane. América Latina aos olhos de Manoel Bomfim: análise da obra “A América Latina: males de origem”. **Dimensões**, vol. 29, 2012, p. 100-118, ISSN: 2179-8869. Disponível em: <[www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/5401/3989](http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/viewFile/5401/3989)> Acesso em: 09/04/2018.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. São Paulo: Global, 2003.

GRUZINSKI, Serge. **A Colonização do Imaginário**: sociedades indígenas e a ocidentalização do México espanhol. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MARTÍ, José. **Nossa América**. Tradução de Maria Angélica de Almeida Triber. São Paulo: HUCITEC, 1983. 254p. pp.194-201. (Texto original de 1891).

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Manuel Bonfim: autor esquecido ou fora do tempo? **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 05, n. 77, dezembro, 2015.

QUIJANO, Anibal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. pp. 117-142.

SILVA, José Maria de Oliveira. Manoel Bomfim e a ideologia do imperialismo na América Latina. **Revista de História**, n.13, São Paulo, 1998, pp. 83-92.

SOUZA, Laura de Mello e. O nome do Brasil. **Revista de História**, v. 145, 2001. pp. 61-86.

SUSSEKIND, Flora. Introdução. In SANTIAGO, Silviano. (Org.). **Intérpretes do Brasil**. Volume I. Rio de Janeiro: Nova Aguiar, 2002. pp. 620-621.